

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/FAMILIAR: NARRATIVAS DE UMA MULHER NEGRA¹

Leila Abade Nery²

RESUMO

Esse trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, desenvolvido no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), discorre a partir da minha própria narrativa de vida, sobre os desdobramentos da violência doméstica/familiar nos âmbitos: família, escola, instituição religiosa e universidade. Para tanto, o objetivo geral se propõe a compreender os impactos da violência doméstica/familiar na história de vida de uma mulher negra. O estudo de natureza qualitativa está alicerçado na narrativa e como referencial teórico apresenta uma revisão da literatura tomando como referência, autores e autoras que discutem sobre a temática do estudo. Conclui que mesmo diante das dificuldades, insultos e agressões, o fenômeno da violência doméstica/familiar deve transpassar as paredes do silenciamento, sobretudo quando mulheres negras são as vítimas e subjetivamente carregam o estigma do preconceito e discriminação.

Palavras-chave: negras - Brasil - condições sociais; violência contra as mulheres - Brasil; violência familiar - Brasil.

ABSTRACT

This work for the Completion of the Full Degree Course in Pedagogy, developed within the scope of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), discusses, from my own life narrative, about the consequences of domestic/family violence in the spheres: family, school, religious institution and university. To this end, the general objective is to understand the impacts of domestic/family violence on the life history of a black woman. The qualitative study is based on the narrative and as a theoretical framework presents a review of the literature taking as reference, authors who discuss the theme of the study. It concludes that even in the face of difficulties, insults and aggressions, the phenomenon of domestic/family violence must go beyond the walls of silence, especially when black women are the victims and subjectively carry the stigma of prejudice and discrimination.

Keywords: black women - Brazil - social conditions; family violence - Brazil; violence against women - Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida.

² Licencianda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma ESCRIVIVÊNCIA. (EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres, 2011)

Ao convidar Evaristo para compor a epígrafe que inicia a escrita desse trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - Campus dos Malês – situada no município de São Francisco do Conde, sou desafiada a (des)velar por meio de um movimento que traceje aproximações com a autoetnografia, a narrativa da minha própria história, ainda que em alguns momentos, *o real vivido fique comprometido pelo fosso que se aprofunda nos registros* do que é dito, dos não ditos, dos silêncios e subentendidos que se mesclam entre a dor, a angústia e o sofrimento.

Sou uma mulher negra de cabelos crespos, com traços negróides (boca com lábios volumosos, olhos miúdos e nariz que se esparrama ao sorrir), residente na cidade de Candeias, Bahia. Fui adotada ainda quando era bebê, por uma família que mora no município e durante o meu processo de desenvolvimento (criança, adolescente e adulta) fui vítima de violência doméstica por essa família adotiva.

Confesso que falar sobre a temática da violência doméstica/familiar é algo que me atravessa e me atinge profundamente, uma vez que ao narrar a minha própria história de vida, emergem lembranças ao acionar a memória que me remete a violações familiares, a dores sofridas e silenciadas, mas que também me impacta quando me deparo com situações semelhantes seja com crianças, adolescentes ou adultos negros (as). “A memória profunda deixa-nos tocar pelos registros vividos, escutar percursos e processos, cartografar as imagens, a fala, o olhar, as revelações e os silêncios, enfim, nossas histórias traçadas no percurso de vida” (ALMEIDA, 2019, p. 63), entrelaçando o tempo vivido e o presente.

Nesse contexto, a escrita do presente estudo tornou-se dificultosa em vários momentos e exigiu de mim paciência, coragem e determinação diante das diversas pausas, necessárias quando a angústia se misturava com as lágrimas que insistiam em percorrer a minha face descontroladamente. Além da ansiedade decorrente das lembranças provocadas por essas

experiências, as quais me afetaram e ainda me afetam psicologicamente, ao tempo em que requerem de mim, atenção, cuidado e busca de estratégias para sobreviver.

Refletindo sobre essa problemática, Conceição (2020) traz a compreensão do processo de violência sob a luz de Saffioti (2015, p.18) ao apontar que o processo de violência pode ocorrer quando há ruptura em qualquer forma de integridade da vítima; seja ela integridade física, psíquica, moral e/ou sexual. “A violência moral e a psíquica são intangíveis sendo percebidas apenas quando manifesta em proporções maiores, podendo as vítimas vir a cometer suicídios ou a praticar atos agressivos a outros (CONCEIÇÃO, 2020, p. 07).

Roque (2001) complementa que a violência doméstica implica em dominação, exclusão e extermínio da pessoa como direito, tirando sua liberdade física e aniquilando sua identidade moral. Cabe salientar que uma das especificidades da violência sofrida pela mulher é a sua prática constante na sociedade, o que na maioria dos casos, colabora de forma efetiva, para a co-dependência, determinando que a mesma fique fixa nessa relação violenta a qualquer custo. Esse tipo de relação se estabelece como “prisão”, ao qual o gênero se configura como “camisa-de-força” e orienta homens e mulheres a terem papéis sociais diferenciados em suas relações sociais.

De acordo com Day, Telles e Zoratto (2001), a violência contra as mulheres possui um caráter distinto em relação a violência em geral. Os homens têm maior possibilidade de serem vítimas de desconhecidos, enquanto as mulheres têm uma probabilidade superior de serem violentadas por membros de suas próprias famílias ou de seus parceiros íntimos. O nível mais crítico de violência leva as vítimas ao óbito (feminicídio).

Para a materialização desse estudo que discorre sobre a minha própria narrativa de vida, convidei diversas(os) autoras(es), assim como estudiosas(os) da área para dialogarem comigo sobre a violência doméstica/familiar, com vistas ao aprofundamento da temática em questão. Neste contexto, apresentamos a questão investigativa desse estudo, a saber: Quais os impactos da violência doméstica/familiar na história de vida de uma mulher negra?

Na busca de responder tal inquietação, propomos como objetivo geral: compreender os impactos da violência doméstica/familiar na história de vida de uma mulher negra. E como objetivos específicos: a) Refletir sobre aspectos da violência doméstica/familiar contra mulheres, tomando como referência a revisão da literatura; b) Narrar situações de violência doméstica/familiar, tomando como referência a própria história de vida; c) Verificar em que medida a narrativa da violência doméstica/familiar impacta na minha própria história de vida; d) Discorrer sobre as minhas estratégias de enfrentamento em diferentes contextos.

O estudo trilha a abordagem de natureza qualitativa, a qual segundo De Castro (2009, p. 04) sob a luz de (LUDKE E ANDRÉ, 1986; MOREIRA, 2004), proporciona um melhor entendimento da variedade de sentidos, isto é, auxilia na apreensão das realidades dos sujeitos e na compreensão dos fenômenos, conforme as visões dos partícipes [...]. Como alicerce teórico metodológico nos apoiamos no método da narrativa de Histórias de Vida, o qual segundo Bragança (2012, p. 49) “[...] rompe com o paradigma lógico-formal, focaliza a vida, em suas tramas individuais e coletivas, como um lócus privilegiado de compreensão dos processos sociais e históricos”. A reflexão sobre o vivido / vivenciado em diferentes tempos e espaços nos possibilita o exercício da narrativa de vida que, seja “[...] individual e coletiva faz parte da forma propriamente humana de construir/recriar conhecimentos, de preservar a memória, de criar as identidades, de atribuir a objetos e lugares valor simbólico” (p. 50), de um tempo experienciado, de onde emergem lembranças carregadas de variadas emoções.

O texto está organizado em sete sessões juntamente com a introdução, na qual apresentamos a problematização e a motivação do estudo, seus objetivos e a opção metodológica. Na seção dois, apresento uma breve revisão da literatura acerca da violência / violência doméstica/familiar e a violência contra as mulheres negras, na seção três discorro sobre violência doméstica e família trazendo meus primeiros registros quanto as violações; as reflexões sobre a escola enquanto um espaço diversificado de comportamentos são apresentadas na seção quatro. Na quinta seção discorro sobre minha experiência na igreja, como lugar de refúgio do abuso doméstico, e sobre a minha experiência na universidade apresento reflexões na sexta seção, para finalmente apresentar as considerações finais.

2 DA VIOLÊNCIA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/FAMILIAR

A violência é uma prática constante que sempre esteve presente nas relações humanas, ao longo da história. De acordo com Dahlberg; Krug (2002), seus efeitos podem ser analisados de forma globalizada e de maneiras diversas, sendo ela é um dos motivos cruciais de morte de pessoas com faixa etária entre 15 e 44 anos em todo o planeta. A expressão violência vem da palavra latina “violentia”, que quer dizer força. Portanto, “violência é o abuso da força, contra alguém, ou fazê-lo atuar contra seu desejo”. Apesar de ser um ato recorrente em nosso cotidiano, as pessoas não devem aceitá-la, pois a mesma prejudica todas as interações sociais (VERONESE; COSTA, 2006 apud SANTOS, 2017, p. 14).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade de que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS, 2005, p.1165). Enquanto força designa, em seu significado filosófico, a energia ou “firmeza” de algo, a violência caracteriza-se pela ação inapropriada, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride (CARVALHO, 2010, p. 31).

Os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais quando entrelaçados entre si, podem ter como consequência, atitudes violentas por parte da sociedade. Refletindo ainda sobre a violência no contexto brasileiro, Minayo (1990, p. 290) apresenta três aspectos que a caracterizam: a) estrutural; b) revolucionária ou de resistência; c) delinquência, como podemos observar a seguir:

Assim, para a autora, a *violência estrutural* é gerada no próprio sistema social, produzindo desigualdades/desequilíbrios e suas consequências recaem sobre o não cumprimento de direitos básicos que ferem os direitos humanos como: a fome, o desemprego e todas as outras disfunções sociais que a categoria trabalhadora experimenta. Nela também estão incluídas as distinções de raça, sexo e faixa etária. Esse tipo de violência é meticulosamente oculta, pois é vista como natural, anti-histórica, pelo fato de não ser habitualmente mencionada, não considerando os contextos históricos que vão se diferenciando com o decorrer do tempo. A *violência revolucionária ou de resistência*, se expressa como o clamor das camadas sociais que são discriminadas habitualmente de maneira sistematizada, produzindo a compreensão de mudança. Na perspectiva de grupos considerados dominantes, os meios de resistir e delatar são percebidos como rebeldia, irracionalidade e desordem. Por último, a violência configurada como *delinquência*, a qual é uma forma de infração existente no corpo social, manifestada em nosso meio através de: roubos, tiroteios entre gangs, sequestros, sadismos, crimes sob o efeito álcool, drogas, etc. A autora reafirma que a criminalidade, ou seja, a delinquência não é um evento natural e tão pouco não pode ser elucidada pela luz do comportamento/ atuação patológica das pessoas ou como algo intrínseco de indivíduos negros ou pobres.

Ainda sobre a violência doméstica Guerra, Santoro e Azevedo (1992) apontam ser frequentemente retratada por um abuso/excesso de poder disciplinador e opressor, onde a vítima é lida e tratada como objeto e seus direitos essenciais como a vida, a liberdade e a segurança, são desprezados. A violência e a agressividade desequilibrada produzem um

ambiente doentio, interior e exterior, causando medo, tensão, tristezas, ressentimentos, mágoas, culpas, inseguranças, e etc. Sentimentos que estão na origem da grande parte das doenças físicas.

Gordon (2008, p. 341) aponta que a violência doméstica “não é um fato parcial da índole violenta de um indivíduo, porém é elaborada coletivamente - mesmo que não de maneira igualitária por diversas pessoas no convívio familiar”. Os maus tratos que são realizados no âmbito familiar são caracterizados por atos ou omissões, que podem prejudicar o bem-estar, a integridade mental, autonomia e o direito ao desenvolvimento integral desse membro familiar (DAY; TELLES; ZORATTO, 2003).

Convém lembrarmos que a violência doméstica é praticada a longo tempo, construída historicamente a partir da segregação entre homens que detinham o poder e as mulheres em condições subjugadas. Nesse contexto, recorremos ao sistema patriarcal, o qual é determinado por normas e valores que privilegiam os homens, limitando o protagonismo das mulheres, as quais ficam reduzidas ao domínio e perspectivas masculinas. Tal sistema, imposto desde o período da infância, levou a mulher a ocupar o lugar de subordinação ao gênero oposto, ao determinar os papéis que homens e mulheres devem cumprir para conviverem em sociedade.

Na interpretação feminista, o patriarcado constitui uma construção social em que os homens possuem o poder, considerado como “dominação masculina” ou “opressão das mulheres”. “[...] O patriarcado está presente no imaginário social, pois a cultura é permissiva as práticas patriarcais que estão atreladas ainda, ao primeiro significado, que define que a autoridade familiar deve estar única e exclusivamente, na mão dos homens” (DELPHY, 2009, p.173). Historicamente, as marcas negativas impostas pela supremacia masculina colocando o feminino em desvantagem, se expandiram para a sociedade por meio de práticas patriarcais, provocando discrepâncias de poder entre os sexos em determinadas instituições, como: família, igreja e o próprio Estado.

[...] o patriarca não somente domina-explora, como também protege sua “cria” de agressores alheios àquele território do domicílio-parentela. Na verdade, não se trata meramente de um território geográfico; trata-se, sim, de um território simbólico. Esse caráter simbólico dos laços que permitem a exploração-dominação exercida pelo patriarca extrapola o território da família/grupo domiciliar e se ancora em todos os domínios da sociedade. (SAFFIOTI, 1995, p. 02).

Ao refletir sobre essa questão, Conceição (2020, p. 05) pontua que a distinção de gênero representa um transtorno de prescrição cultural que se difunde em toda sociedade

sendo que a mulher é o segmento da conjuntura social que é mais prejudicado por conta da visão socialmente construída de sua inferioridade frente aos homens.

Como afirmam Nader e Caminoti (2014), tanto a masculinidade quanto a feminilidade são socialmente construídas. Sobre o sexo biológico são criadas demandas culturais que indicam os papéis que devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, bem como a relação que serão estabelecidas entre eles. As relações de gênero não ocorrem de maneira igualitária e simétrica. Elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, resultando em discriminações sexistas, que geram a desigualdade de gênero, trazendo uma série de problemas sociais e um deles, é a violência.

A família é uma das organizações sociais onde experimentamos de maneira imposta, o patriarcado. No espaço doméstico, a hegemonia masculina é manifestada por meio da violência doméstica ou intrafamiliar e as pessoas atingidas por esse poder desequilibradamente violento são as mulheres, além de crianças e adolescentes. Para Nery (2018) a violência doméstica é um problema social complexo, que ocorre em qualquer lugar no mundo e não depende de cor/raça, orientação sexual ou crença religiosa para acontecer, mas, depende do convívio entre homens e mulheres. Dialogando sobre essa problemática, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres afirma que:

[...] Entendida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (LEI nº 11.340/2006 - POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2011, p. 22)

As discussões sobre o tema da violência contra a mulher no Brasil têm início entre as décadas de 1970 (mil novecentos e setenta) e 1980 (mil novecentos e oitenta), majoritariamente com enfoque no feminismo. Período em que as Delegacias específicas para as Mulheres, se multiplicaram. Por meio de Santos e Izumino (2005), foi possível ter o reconhecimento de marcos teóricos, que se tornaram pioneiros nos estudos sobre tal temática: um delas aborda que a violência contra a mulher, baseia-se no controle masculino sobre a mulher, sucedendo na invalidação/ supressão da independência/ liberdade da mesma. Outra perspectiva, fundamenta-se no questionamento relacional onde pondera-se as ideias de autoridade masculina e vitimização feminina, configurando a violência como expressão comunicativa jogando a mulher como conivente. Tal cumplicidade seria intensificada pelo medo. Ainda na visão dos autores, existe também a predominância masculina, inspirada no

ponto de vista do feminismo marxista, onde entende-se a violência como prorrogação do patriarcado, onde a mulher, mesmo sendo um sujeito social suficiente, está cotidianamente em comunicação com a histórica supremacia social masculina.

Importante destacar que no que concerne aos fenômenos da desigualdade e discriminação, a interseccionalidade, termo criado pela estudiosa norte americana Kimberlé William Crenshaw, surge como uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

[...] A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Enquanto instrumento de luta política, a interseccionalidade é uma das formas de combater as desigualdades, assim como as opressões múltiplas e imbricadas impostas aos grupos marginalizados, sobretudo em relação as questões de raça e gênero, impactando nas normas sociais instauradas em nossa sociedade.

Para combater esse triste cenário violento que atravessa o corpo de tantas de nós mulheres, foi criada em 7 de agosto de 2006 a LEI 11. 340/2006 - “Lei Maria da Penha” que tem como objetivo, criar mecanismos de proteção à mulher, coibindo e prevenindo a violência doméstica e familiar, estabelecendo medidas de assistência e proteção a mesma. A referida Lei dispõe que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A Lei Maria da Penha leva esse nome, por conta da luta de uma farmacêutica não negra/indígena que foi vítima de diversas violências, além de duas tentativas de assassinato (que hoje é entendida como feminicídio), pelo seu ex marido. O processo contra seu ex cônjuge na década de 1990 teve êxito graças ao respaldo recebido pelo CEJIL (Centro pela

Justiça e o Direito Internacional), CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) que encaminharam sua situação para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998. O auxílio internacional foi acionado por conta da condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por negligência e omissão, pois se manteve em silêncio frente ao caso da vítima e tantas outras que experimentavam em suas casas o mesmo problema estrutural de violação dos direitos humanos das mulheres brasileiras - a violência doméstica. Só em 2001, quase vinte anos após as tentativas de feminicídio por parte de seu ex cônjuge, Maria da Penha alcançou finalmente a justiça, que só foi possível com o amparo internacional, já que o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência.

Outra Lei criada para combater a violência sofrida por mulheres, em caso de óbito das mesmas, foi a “Lei do Feminicídio” – LEI nº 13.104/2015 – instituída em 09 de março de 2015, com o intuito de designar o assassinato de mulheres por conta de seu gênero, ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher e isso está totalmente relacionado à violência doméstica e familiar. A referida Lei “[...] Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

Dados do Atlas da Violência (2021), em 2019, 3.737³ mulheres foram assassinadas no Brasil. Comparado ao ano anterior, que foi 2018, o número esteve muito abaixo dos 4.519 homicídios femininos apontados em 2018, com uma diminuição de 17,3% nos números absolutos. A redução no número de assassinatos de mulheres registrados em 2019 acompanha a idêntica tendência do informativo geral de homicídios (que inclui homens e mulheres), cuja taxa de crescimento foi de 21,5% em comparação com o ano anterior. O documento afirma:

[...] Estes dados correspondem ao total de mulheres vítimas da violência letal no país em 2019, e inclui tanto circunstâncias em que as mulheres foram vitimadas em razão de sua condição de gênero feminino, ou seja, em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher (CHAKIAN, 2019), como também em dinâmicas derivadas da violência urbana, como roubos seguidos de morte e outros conflitos (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 36).

³ Os 3.737 casos registrados em 2019 equivalem a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil. A taxa representa uma redução de 17,9% em relação a 2018, quando foram registrados 4,3 vítimas para cada 100 mil mulheres. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>> Acesso em: 26/06/2023

Embora tenham sido criadas legislações específicas para defender as mulheres contra o fenômeno da violência doméstica/familiar, os dados estatísticos são alarmantes e assustadores, o que revela um enraizamento decorrente de uma sociedade machista, patriarcal e racista, que produz processos de subalternização e opressão do gênero feminino.

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS

No cenário da população negra no Brasil, em especial as mulheres, cabe salientar a incidência maior da violência doméstica, cujas consequências são oriundas do período escravocrata, onde os maus tratos eram naturalizados e uma forma de controlar a vida e o trabalho que essas pessoas realizavam de forma coagida. Segundo Davis (2017) nenhuma forma de violência pode ser compreendida se ignorarmos o contexto ao qual a mesma está inserida. Agressões contra mulheres negras são resultado das estruturas de poder e dominação (capitalismo, racismo e patriarcado), que “sustentam” no sentido negativo a sociedade ao qual estamos inseridos (as), fazendo com que mulheres negras sejam duplamente desumanizadas e possuam mais dificuldade em sair de situações de violência doméstica.

Para elucidar um pouco mais sobre as variadas violações e condições subumanas que mulheres negras vivenciaram no período da escravização colonial, Davis (2016) aponta que os abusos sofridos pelas mulheres eram um instrumento de domínio e repressão com a grande finalidade de eliminar delas, qualquer vestígio de resistência e nesse movimento, desconsiderar/aniquilar seus homens. A autora ainda elucida que:

[...] As mulheres negras eram mulheres de facto, as suas experiências durante a escravatura – o trabalho duro com os seus homens, igualdade dentro da família, resistência, chicoteadas e violação – encorajaram-nas no desenvolvimento de uma certa personalidade peculiar que as colocava afastadas da maior parte das mulheres brancas. (DAVIS, 2016, p. 27).

As consequências da escravização fizeram com que mulheres negras tivessem menos oportunidade nos âmbitos de saúde, educação e renda, e isso faz com que as mesmas fiquem mais vulneráveis socialmente. “As expressões singulares de violência contra a mulher se instalam em um indicativo maior de coerção elaborada socialmente, que abrange invasões organizadas e instrumentalizadas em desacordo com os direitos econômicos e políticos femininos” (DAVIS, 2016, p. 42).

Hooks (1994) reitera que a escravidão impactou negativamente os negros e negras no ato de amar, deixando-os despreparados para tal ação, e o fim da escravização acabou

determinando que as relações entre seus pares e crianças fossem estabelecidas a partir da lógica colonial. A autora prossegue afirmando que:

[...] após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mas é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar. Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação. Estavam assim se utilizando dos mesmos métodos brutais que os senhores de engenho usaram contra eles. (HOOKS, 1994, p. 02).

Além de espelharos no sentido da reprodução nossa relação com nossa família tendo como base o colonialismo, a mesma produziu na diversidade do povo preto uma outra percepção de como lidar com suas emoções. “[...] um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver” (HOOKS, 1994, p. 03). Pois executar o amor em tal contexto brutal poderia colocar uma pessoa num lugar de vulnerabilidade frente a um infortúnio inaceitável/horrível.

A característica de sufocar seus sentimentos continuou a ser uma particularidade na vida de pessoas negras, mesmo após a escravização, já que o racismo produzido pela supremacia branca não findou, pois de uma maneira geral elas acreditavam “[...] que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte. Mostrar os sentimentos era uma bobagem” (HOOKS, 1994, p. 03).

A não verbalização das emoções e dos maus tratos as mulheres negras ainda são visíveis em nossa sociedade, onde em vários contextos, os bloqueios emocionais ainda se fazem presentes. Sobre essa problemática, Hooks (1994) traz um exemplo das crianças norte americanas que faziam parte das famílias do Sul, que tradicionalmente aprendiam desde muito novas a controlar suas emoções, ou seja, não chorar quando estivessem sofrendo:

[...] Expressar os sentimentos poderia significar uma punição ainda maior. Os pais avisavam: "Não quero ver nem uma lágrima". E se a criança chorava, ameaçavam: "Se não parar, vou te dar mais uma razão para chorar". Como é possível diferenciar esse comportamento daquele do senhor de engenho que espancava seu escravo sem permitir que ele experimentasse qualquer forma de consolo, ou mesmo que tivesse um espaço para expressar sua dor? E se tantas crianças negras aprenderam desde cedo que expressar as emoções é sinal de fraqueza, como poderiam estar abertas para amar? (HOOKS, 1994, p. 03).

A autora nos alerta sobre a violência imposta pelos pais desde o período da infância, seja de forma verbal ou física, provocando o silenciamento, a não expressão dos sentimentos e emoções, o que poderá impactar nas suas relações de afeto, de amor...

No âmbito dessa discussão, recorreremos mais uma vez aos dados pelo Atlas da Violência (2021), que em relação à violência contra as mulheres negras, denuncia que:

Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5%, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1%. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 36).

Os dados nos levam a pensar que vivendo em um país desenhado pelo racismo estrutural como o nosso, as violações e óbitos que acontecem com corpos não brancos também de mulheres, é uma guerra racial ditada pelo patriarcalismo branco (que é uma memória – ação muito viva do colonialismo em nosso meio) cotidianamente, nos colocando em um lugar de “merecimento” de todo e qualquer tipo de violência, banalizando fortemente nossas vidas, constantemente, perdidas.

O referido documento ainda aponta que os estados que apresentaram maior risco relativo de vitimização letal de mulheres negras foram Rio Grande do Norte (5,2%), Amapá (4,6%) e Sergipe (4,4%), onde os percentuais de mulheres negras vítimas de homicídios em relação ao total de assassinatos de mulheres foram de 88%, 89% e 94%, respectivamente. Também chama atenção o caso de Alagoas, onde todas as vítimas de homicídios femininos em 2019, sem contar uma das vítimas sem identificação de cor/raça, eram negras. Cabe salientar que no período da pandemia, provocado pela COVID 19, a violência contra as mulheres aumentou consideravelmente, em especial em relação as mulheres negras, tanto no ambiente doméstico e familiar, como também em outros espaços da sociedade, violando os direitos humanos; o que demanda ações mais incisivas em prol da concretização de políticas bem-sucedidas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste sentido, cabe destacar o movimento da Marcha das Mulheres Negras:

Reunir mulheres negras, respeitando suas especificidades e diversidade em torno de uma pauta comum. Despidas de nossas correntes ideológicas; superando as diferenças geracionais, religiosas, partidárias, o que sobra? Sobra o que somos essencialmente. Antes de tudo: MULHERES NEGRAS!! (GONÇALVES, 2015)

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMÍLIA: MEUS PRIMEIROS REGISTROS

Minha chegada na família se deu pela adoção ainda quando bebê, e segundo relato da minha mãe adotiva, minha progenitora saiu por algumas ruas tanto da minha cidade natal - Santa Bárbara – como da cidade onde fui criada – Candeias – na busca de alguma pessoa que pudesse me criar, uma vez que ela não tinha condições financeiras suficiente para cuidar de uma criança recém-nascida. Cabe salientar que as informações iniciais desta narrativa foram transmitidas pela minha mãe adotiva, a qual me relatou que ao chegar a sua casa para fazer parte da família, eu estava bastante desnutrida e quando tomei a primeira mamadeira desmaiei pelo impacto que o alimento provocou no meu organismo, já que aparentava visível estado de fome. Lembro-me de uma das suas falas: *[...]quando você chegou aqui em casa só tinha cabeça...o resto do corpo era só pele e osso...*

A família já tinha quatro filhos (três homens e uma mulher). Esta última, segundo relatos de minha mãe adotiva, era uma filha que foi muito desejada, pois meus pais já tinham três filhos homens. O meu irmão mais velho, ‘o primogênito’, infelizmente não cheguei a conhecer, pois veio a óbito, após um acidente em que bateu a cabeça no banheiro com apenas oito anos de idade. Com a sua morte, passei a ocupar o lugar de filha mais nova, a “caçula” perante os dois irmãos e irmã que ficaram. Porém, com o passar dos anos, minha irmã e ‘mainha’ foram construindo uma relação de desafeto, por conta de alguns comportamentos que desagradavam nossos pais, principalmente por ser tão namoradeira.

Sobre meus pais adotivos, minha mãe era uma mulher bastante ativa e às vezes flexível, tinha a formação em magistério e atuou como professora, em algumas instituições de ensino e também em casa dando aulas particulares – banca – como era denominada na época. Não participei desse período da vida dela, mas acompanhei o quanto gostava de estudar e aprender coisas diferentes, como por exemplo, a realização de cursos de corte e costura e de culinária; além de também gostar de beber (movimento que fazia desde muito nova), segundo seus relatos. Meu pai não sabia ler, nem escrever e trabalhava como comerciante de carne bovina, em regime de sociedade que criou com meu padrinho de batismo. As poucas lembranças que tenho dele me permitiram considerá-lo como um ótimo pai, pois tinha por mim um grande afeto e sempre uma palavra de carinho em nossos momentos de convivência.

Gradualmente, meu pai foi apresentando problemas de saúde desencadeados pela hipertensão e diabetes e em decorrência foi internado em um hospital em Salvador-Ba – por diversas vezes. Recordo-me que em uma das vezes em que estive internado, mainha me disse

que ele pedia para me levar, pois queria muito me ver. Acredito que foi a primeira e última vez que o vi no hospital.

Com a piora da sua saúde, minha mãe, além de cuidar dele, dos filhos e lecionar, precisou assumir parte das atividades do comércio que ele tinha. Foram quase vinte anos nesta rotina entre hospital – tarefas de casa – trabalho (tanto na educação quanto no comércio) e para auxiliá-la nesse processo, buscou ajuda com algumas sobrinhas que moravam perto de nossa casa e se revezavam para cuidar de mim, já que eu ainda era muito pequena e necessitava de mais cuidados. Além de não ter mais a companhia de meus irmãos e minha irmã os quais gradualmente foram saindo de casa, pois casaram muito “cedo”, constituindo assim, suas famílias. Os homens tiveram filhos, mas minha irmã, não pois, se separou meses depois de casada, indo morar na casa de nosso avô paterno (que já tinha falecido, juntamente com minha avó).

Posteriormente, meu pai se submeteu ao transplante de um dos rins e precisou fazer hemodiálise durante dois meses; tendo o próprio organismo, rejeitado o órgão após esse período, e em decorrência a piora significativa do seu quadro de saúde, levando-o a óbito, lamentavelmente, aos quarenta e sete anos de idade. Sua morte aconteceu nos braços de minha irmã, que foi acompanhá-lo ao hospital, onde na época eu estava com nove anos de idade.

Anos após a morte de meu pai, minha mãe assumiu o cargo de diretora de uma escola no segmento da Educação Infantil; local onde às vezes me levava e eu gostava muito, por conta das amizades que fazia tanto com as (os) estudantes, quanto com as professoras. Lamentavelmente, ‘mainha’ não ficou muito tempo no cargo como gestora, pois foi ficando doente, com problemas de coluna, diabetes, hipertensão, depressão e alcoolismo. Nesse contexto, ela deu entrada no processo de aposentadoria, o qual foi dificultoso e demorado, já que a instituição responsável alegava que ela estava “apta” para o trabalho, o que não era verdade. Não foram poucas as vezes em que precisei ir até a escola em que ela trabalhava para levar atestados e relatórios médicos que comprovavam o seu real estado de saúde, na busca de tentar fortalecer e acelerar a aprovação de sua aposentadoria.

Com o passar dos anos, mainha foi deixando de ser aquela pessoa ativa, pois passou a ter limitações, a ficar deprimida e com várias dores, tanto físicas quanto psíquicas, além da debilidade provocada pelo consumo da bebida alcoólica que tomava em grande quantidade. Várias vezes ela me mandou comprar alguma bebida para ela, quando não saía às escondidas para comprar. Confesso que odiava fazer isso, mas, por obediência e medo de apanhar, tratava

imediatamente de atender a sua ordem. Normalmente quando estava sob o efeito do álcool, ela se tornava mais agressiva e diante desse quadro já sabia que viriam discussões e que inevitavelmente apanharia.

Dentre as diversas agressões físicas cometidas por minha mãe adotiva, especialmente quando estava alcoolizada, foi quando ela cravou as suas unhas em um dos meus braços de forma tão violenta que deixou marcas não apenas no corpo físico, mas no meu psicológico que mais uma vez sofria com os seus ataques. Na percepção de Pereira, Santana e Ferriani (2001, p. 98) “[...] o abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis; a negação dos valores humanos como a vida, a liberdade e a segurança e violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente; reduz a vítima à condição de objeto de maus tratos; pode prolongar-se por meses e anos [...]”. Por diversas vezes fui posta para fora de casa por minha mãe: “se você não está satisfeita, vá morar com sua mãe, vá procurar ela!!”. O problema do alcoolismo de minha mãe durou por muitos anos, e o refúgio para lidar com isso, era a escola, a igreja e a casa de minha vizinha que ficava ao lado da minha.

Saliento que por volta dos dez anos de idade conheci a minha progenitora, a qual me foi apresentada por minha mãe adotiva, como minha “tia” e assim passei a tratá-la nas poucas vezes em que ia a nossa casa nos visitar. Também conheci as minhas irmãs biológicas, apresentadas como primas. Foram poucas às vezes em que ia vê-las, atendendo a ordem da minha mãe adotiva, pois me sentia desconfortável, uma vez que a casa onde moravam era bastante desorganizada e suja. Minha mãe adotiva se mostrava insegura nesses momentos, achando que a qualquer instante eu poderia ir embora para morar com ela, afinal, eu tinha vários motivos para me afastar da família que me criou.

Minha relação com essa família se resume com afastamentos e distâncias e não tínhamos muito contato, às vezes nos víamos na rua nos cumprimentávamos, conversávamos pouco e não passava disso. Nesses encontros inesperados tomei conhecimento por minhas irmãs, que a minha progenitora apresentou um problema de saúde, com significativa perda de peso, sem falar e estava internada em um hospital público de Candeias. Dias após ter ido visitá-la, ela veio a óbito por complicações sérias de saúde. Não pude comparecer ao seu sepultamento, pois minhas irmãs e irmãos não me falaram mais nada a respeito.

Sem a presença de meus irmãos e irmã adotivos, e tive que lidar sozinha com os problemas de saúde de minha mãe, a qual definhava a cada dia, além de dar conta dos estudos e do comércio deixado por meu pai. Acordava muito cedo e logo ia ajudar meus irmãos nas vendas da carne bovina, atendimento aos clientes e outros favores; sem receber nenhuma

remuneração que pudesse suprir algumas necessidades pelas quais já atravessava. Às vezes um dos meus irmãos colocava uma pequena quantidade de ossos “para a sopa” para que eu vendesse, mas o que ganhava nessas vendas não era o suficiente para alcançar o meu objetivo, que era juntar dinheiro para ir embora de casa. Ainda fiquei alguns anos nesse ambiente de trabalho, mas ao adentrar a puberdade, comecei a sofrer assédios sexuais por parte de muitos homens no mercado; o que me causava desconforto e medo.

Diante de tanta exploração, fui aprendendo a ter resistência em pedir ajuda material a minha família adotiva e a outras pessoas, pois entendia que as minhas coisas eu precisava conseguir com meus esforços, além de não querer “incomodar ninguém” com as minhas carências materiais.

Cuidar de minha mãe, sem nenhum tipo de apoio dos meus irmãos se tornou um fardo muito pesado para mim, pois eu tive que sacrificar muitas coisas em prol da saúde dela, me fazendo refletir algumas vezes de que eu era “a mãe da minha mãe”, ou seja, estava maternando sem parir, e isso foi pesaroso demais, inclusive pela responsabilidade de dar conta dessas demandas sozinha, enquanto meus irmãos e minha irmã viviam suas com vidas tranquilidade. Os cuidados para com ela eram: comprar os remédios que tomava de forma contínua, fraldas, dar banho, apoiar para andar (o uso da moleta era raro, pois ela era teimosa), fazer a depilação de suas partes íntimas, dar socorro nas diversas vezes que caía pela casa (geralmente isso acontecia de madrugada) dar as refeições, acompanhá-la nas consultas médicas, nas internações, bem como nas sessões de fisioterapia, até o último dia de sua vida, quando veio a falecer em maio de dois mil e vinte e dois, período em que iniciei essa pesquisa.

Imersa nessa dinâmica de vida, me tornei adulta ainda quando era criança descansar era uma ideia tão longínqua para mim que meu único desejo era fugir daquilo tudo, que eu considerava um verdadeiro “inferno”, porque todas essas vivências me provocavam sentimentos muito tristes, frente a uma vida que não desejei para mim.

Hoje entendo que a violência doméstica no ambiente que fui criada, se deu a partir dessas vivências compartilhadas, com o excesso de responsabilidades, a ausência de diálogos, agressões psicológicas (ameaças) e físicas (provocando dores em meu corpo). Essa conjuntura familiar, me fez crescer com um sentimento muito forte de que não fui e não sou amada por essa família, pois suas atitudes me maltratavam mais do que me faziam bem, prejudicando bastante minha saúde mental.

4 A IGREJA: MEU LUGAR DE PROTEÇÃO

Minha caminhada inicial com a religião se deu na igreja católica por meus pais, quando por escolha deles, fui batizada ainda bebê, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias. Durante alguns anos, tive uma boa relação com eles, mas com o passar intermédio de do tempo, minha madrinha sumiu e meu padrinho se afastou de mim por razões, as quais desconheço.

Por volta de 06 (seis) / 07 (sete) anos, comecei a fazer a catequese⁴, pois meus pais diziam que os ensinamentos de Deus e da fé devem ser aprendidos desde cedo. A catequese é uma das ações de evangelização da Igreja Católica, um processo de iniciação, deformação da base para a vida cristã. Segundo o Diretório Geral para a Catequese – DCG – “[...] a catequese é uma escola da fé, de aprendizado e tirocínio de toda a vida cristã” (DGC, 2001, p. 30), também enfatiza que a catequese é “a missão evangelizadora da Igreja” (DGC, 2001, p. 59). Além de ser uma prática religiosa, ela pode ser considerada educacional, uma vez que na qualidade de educação não-formal, tem uma intencionalidade e organiza-se de acordo as orientações e os conteúdos expressos pelos documentos da Igreja Católica.

As aulas de catequese iniciavam no mês de março e iam até o mês de dezembro, aconteciam durante dois anos, sendo realizadas uma vez na semana, nos dias de sábado, nas dependências da Casa Paroquial. Lembro-me que precisávamos levar caderno, lápis, borracha e outros materiais necessários, como um livro nas cores azul e cinza, intitulado “Livro do Catequizando”, cuja capa continha a imagem de três crianças segurando a Bíblia: duas brancas e uma negra. Acima dessa imagem tinha escrito: “Fé – Vida” e abaixo, a palavra “Comunidade”. Duas professoras, chamadas de catequistas mediavam os encontros, os quais tinham como principal objetivo a formação para a fé e para a vida cristã, por meio de orações, músicas e histórias religiosas. Além das aulas sempre voltadas a um tema específico que era abordado, realizávamos atividades, seguidas de reflexões que eram discutidas por todas e todos que faziam parte da turma, sempre em um clima de respeito, amor e reverência a Deus.

No segundo ano de catequese as aulas tinham a mesma dinâmica do período inicial, acrescidas de leituras mais focadas em textos da Bíblia, orações do Terço Mariano e aprendizado dos mandamentos da Lei de Deus e os da igreja, além dos sacramentos. Nesta etapa do curso tínhamos que estudar muito, fazer uma recapitulação do que foi transmitido

⁴A catequese é uma educação da fé das crianças, dos jovens e dos adultos, a qual compreende especialmente um ensino da doutrina cristã, dado em geral de maneira orgânica e sistemática, com o fim de os iniciar na plenitude da vida cristã. Informação disponível em: <https://www.diocese.org.br/catequese/catequese/>

anteriormente, principalmente as orações, as quais era necessário decorarmos, especialmente porque era chegado o momento da Primeira Eucaristia ou Primeira Comunhão, outro ritual da Igreja Católica de confirmação da fé em Deus, quando recebíamos pela primeira vez a hóstia consagrada, simbolizando o Corpo de Cristo.

Assim, entusiasmada pela chegada desse momento, assim como outras crianças e jovens, dias antes da cerimônia da Primeira Eucaristia, passei por uma entrevista com o padre da paróquia, preparando-me para o momento da confissão, uma espécie de pré-requisito no qual segundo a igreja católica, constitui-se como uma ‘limpeza na alma’, ao narrarmos nossas falhas e ‘pecados’.

E foi assim que aos nove anos de idade fiz a Primeira Eucaristia. Na minha memória, é nítida a imagem desse dia tão significativo para mim. A vestimenta e adereços para participar de tal ritual foram: uma camisa branca com os símbolos que remetem ao sacramento, como: hóstias, pão francês (pão de sal), cachos de uvas e um cálice (taça que às vezes é de ouro onde coloca-se o vinho canônico que se transformará no sangue de Cristo), além de uma saia branca. Tinham também adereços que foram adquiridos pela minha família, necessários para este ritual: um terço e uma grande vela brancos e um certificado - lembrança da primeira comunhão, que continha: o nome do (a) catequizando (a), o nome da catequista, o local onde foi realizada a cerimônia e o nome do sacerdote que celebrou.

Experienciar esse momento me levou as lágrimas de tanta emoção, pois tinha fé e esperança de que a partir daquela vivência, as coisas que aconteciam comigo no âmbito doméstico iriam melhorar, mesmo sabendo que não dependia só de mim. Após a Primeira Eucaristia, continuei a participar de forma assídua das atividades da igreja, já que era perto da minha casa e eu sentia que estava mais perto de Deus. A igreja era um ambiente de suma importância para mim, pois além de ser um espaço de socialização, de reencontrar amigas e amigos, era um lugar de pertencimento em que eu me sentia acolhida e ao mesmo tempo era uma fuga para me afastar, mesmo que temporariamente das tensões que vivia dentro de casa.

Participar das ações da igreja me trazia conforto e proteção, e nesse sentido, já na adolescência, fui me envolvendo mais ainda em outras atividades, para além de ir à missa aos domingos pela manhã ou nos dias de guarda⁵. Passei a participar de grupos de jovens - criado pelos meus vizinhos e minha irmã que participou durante um tempo, grupos de dança, liturgia

⁵ Os dias de preceito ou de guarda constam nas orientações do Calendário Litúrgico da Igreja e servem para lembrar e orientar os cristãos para os dias dedicados especialmente a Deus. Disponível em: <<https://igrejadoscapuchinhos.org.br>>. Acesso em 22/06/2023.

(realizando leituras, preces nas missas, o que me deixava bastante nervosa, pois se apresentar em público sempre foi um problema para mim, por conta da timidez, vergonha). Às vezes ajudava na limpeza da igreja e também participava das coroações a imagem da Virgem Maria, no mês de maio. Nunca fui escolhida para ser anjo ou para coroar a imagem...

Por ser a única na família a freqüentar a igreja assiduamente, várias pessoas da comunidade depositavam muitas expectativas sobre mim. Algumas delas falavam: “Menina, você é uma Santa! Assim vai se tornar freira!!”. Essa visão de “santidade” era decorrente do meu comportamento tão diferenciado das demais pessoas da minha família, considerada “perdida” por não ser católica praticante; e eu era a única capaz de “salvá-la”. “Nas famílias nas quais existe violência as relações se caracterizam por ser uma relação sujeito objeto: os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais, pesa sobre eles uma expectativa de desempenho superior às suas capacidades” (GUERRA, 2001, p. 43).

Esta ideia foi me consumindo aos poucos, foi virando um fardo mental para mim, já que eu tinha que “ser exemplo” para os demais, com uma postura sempre que possível, correta (como se eu fosse de ferro), que não sentisse as coisas, mas eu sentia e muito. As dores de viver em uma família que tinha problemas, onde não havia diálogo para resolver os conflitos e quando havia era de forma violenta, por meio de brigas, agressões físicas e psicológicas, abuso de bebidas alcoólicas ou o excesso na responsabilidade do cuidado doméstico com nossa mãe.

Aos quinze anos de idade, me preparei para receber o sacramento da confirmação – a Crisma, que assim como no batismo, há também a presença de um padrinho ou madrinha para ser seu guia espiritual, e sendo assim, escolhi minha irmã, na tentativa de “resgatá-la” de volta para a igreja, já que ela estava afastada a um tempo. Já crismada, recebi convite de um colega de turma, para ser catequista. Pouco tempo depois nos tornamos padrinhos de batismo de uma criança que freqüentava as aulas de catequese. Interessante é que ela e a mãe pertenciam a Igreja Protestante, mas a mãe considerava o batismo na igreja católica como “verdadeiro”.

Tal acontecimento foi algo que eu não queria fazer, pois seria mais uma responsabilidade em meia a tantas que eu já tinha. Mas a coordenadora da catequese (que é madrinha do meu compadre) nos falou da importância de tal missão, pois com essa atitude, iríamos “salvar” aquela criança das crenças evangélicas que iam contra os ensinamentos da igreja católica. Batizar aquela criança, foi mais um fardo mental para mim, pois se eu pudesse voltar no tempo para mudar de atitude, eu mudaria, sem dúvidas. Ficamos um pouco próximas, depois ela sumiu, o que fez com que nos afastássemos e eu segui com minha vida.

Antes de me afastar das atividades da Igreja Católica, participei de um encontro para jovens, fundado por um movimento bem antigo, cuja matriz reside em Brasília/DF – o qual foi trazido para o município onde eu morava, através de um sacerdote. Para além das reflexões possibilitadas, essa experiência me proporcionou fazer novas amizades e pude aprender a seguir Jesus de uma maneira mais “jovem” e “suave”, sem padrões engessados pela igreja. Para Machado (1996, p. 32) “[...] a religião e a família (grupo onde os valores religiosos são ratificados) funcionariam como uma espécie de mecanismo de equilíbrio, oferecendo ao indivíduo uma ordem integradora e cheia de significados para sua vida em sociedade”. A dinâmica do encontro era feita por meio de reuniões, missas, músicas, orações e uma vez ao mês, aprofundamentos com formações. Além de adorações ao Santíssimo Sacramento, gincanas entre os círculos, participação em doações de alimentos para famílias em vulnerabilidade social e etc.

5 A ESCOLA: ENTRE O LUGAR DE SEGURANÇA E DA VIOLÊNCIA

Adentrei ‘o mundo’ da escolarização na década de 1990 (desde a tenra idade até a segunda série, que chamávamos na época do ensino fundamental) primeiramente na escola particular e após sair desse espaço, continuei e concluí meus estudos em escolas públicas. Na primeira escola onde estudei, sempre mudávamos de prédio, pois era alugado), porém as mudanças sempre ficavam em ruas próximas. Era um lugar que eu gostava muito de estar (em alguns momentos), por conta das professoras que eu tinha muito apreço e alguns (as) outros (as) funcionários (as) da instituição. Mas, quando se tratava de meus/minhas colegas de sala, eu tinha amizade com poucas pessoas, outras eu nem sequer queria por perto, pois o motivo: bullying⁶. Para explicar tal fenômeno, Neto (2005), aponta que:

[...] Por definição, *bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder associada ao bullying pode ser consequente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (LOPES, 2005, p. 02).

⁶ O fenômeno do *bullying* começou a ser investigado internacionalmente, mais especificamente na Suécia, na década de 1970. No Brasil, esse fato social, começou a ser debatido na década de 1990, mas foi nos anos 2000, singularmente no ano de 2005 que o tema foi objeto de estudos científicos (LOPES, 2005).

O bullying sofrido enquanto racismo no âmbito escolar, acontecia por meio de acusações de coisas que eu não fazia, ofensas sobre minha aparência e agressões físicas. Sempre fui uma garota tímida, que não gostava de entrar em confusões, pois compreendia que ficar quieta, era a melhor opção para evitar certas situações. Algumas vezes eu fazia queixas dos (as) colegas às professoras (que reclamavam com os/as colegas que me perturbavam), mas depois às violências aconteciam novamente.

Anos depois, já cursando a terceira série fui transferida para outra escola, localizada próximo a minha casa, na qual permaneci por dois anos. Nessa instituição as meninas eram obrigadas a usar saia (fardamento escolar), o que me causou resistência pois não gostava de usar saia, mas fui obrigada a cumprir com essa ordem, pois caso contrário, não entraria na escola.

Nesse ambiente também fui vítima de *bullying*, por parte de algumas colegas (tanto da mesma turma ou de outras) que na época em sua maioria eram evangélicas. Eram ofensas desnecessárias que me machucavam bastante, piorando minha auto estima que devido os conflitos familiares, era baixa. Por diversas vezes, cheguei em casa com queixa dessas garotas pois eu não procurava briga/confusões com ninguém, só ia escola com o objetivo de estudar. Minha mãe e irmã sempre me “aconselhavam”, até com ameaças, dizendo: “você não pode comer *reggae* de ninguém” ou “se levar surra dessas meninas na escola, quando chegar em casa leva outra”. Na minha imaginação, tais “conselhos” tinham o propósito de me defenderem dessas garotas e também, de obter algum tipo de respeito delas e com isso, parassem de me agredir verbalmente, mas não deixavam de se constituírem como ameaças de minha mãe e minha irmã. Podemos pontual que:

As diversas formas de violência ou abuso afetam a saúde mental da criança ou do adolescente, visto este se encontrar em um processo de desenvolvimento psíquico e físico, produzindo efeitos danosos em seu desempenho escolar, em sua adaptação social, em seu desenvolvimento orgânico (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 121).

Os efeitos da violência doméstica/familiar são nefastos e reverberam em diversos aspectos da vida das pessoas em diferentes contextos, inclusive na escola. O comportamento agressivo da criança e do adolescente não surge do nada, uma vez que é construído na convivência com o ambiente e pode produzir uma atitude defensiva, ao tentar se impor frente aos outros pela violência, com o objetivo de atingir aqueles que a rejeitam.

Certa vez, eu estava tão farta dessas agressões gratuitas no âmbito escolar que, ao final de uma aula, esperei todo mundo sair da escola, para agredir uma das garotas que

perturbavam o meu juízo. Não me recordo o que ela me disse no dia, mas eu a agredi fisicamente. Descontei nela toda minha fúria em ter suportado calada as suas ofensas, assim como de outras colegas. Após esse episódio, não me recordo o que aconteceu.

A violência provocada pelo *bullying* continuava a me perseguir, até mesmo ao mudar de escola quando passei a cursar o segundo ciclo do Ensino Fundamental. A história se repetia e dessa vez, os abusos e insultos eram por conta da minha aparência e da minha cor preta, o que me deixava em contínua tristeza e angústia. Houve uma situação que acabei “explodindo” e furei um garoto da minha sala com um lápis. Mas nessa instituição escolar havia algo que aos poucos foi sendo fonte de amor e calma para mim: a biblioteca, local em que me tornei frequentadora assídua. Ali era o meu refúgio!! ‘Mergulhava’ nos livros e ‘viajava’ nas leituras encontrando um pouco de paz na vida. “Talvez não haja na nossa infância dias que tenhamos vivido tão plenamente como aqueles que pensamos ter deixado passar sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido [...]” (PROUST, 1991, p. 9).

Descobri nos livros, um mundo bonito em que eu podia ser feliz, pois quando lia algum, eu “viajava” para outro mundo que eu não era violentada, pois os/ as autores/as dos livros, não criticavam minha aparência ou meu jeito de ser, além de aprender várias palavras novas, o que me deixava fascinada!.

O Instituto Municipal Luiz Viana Neto, localizado na cidade de São Francisco do Conde foi a instituição escolar em que concluir o Ensino Fundamental e cursei o Ensino Médio. Estudar em outra cidade foi mais um ponto de conflito e insegurança para mim, e nesse sentido, precisei adotar várias dinâmicas para essa nova etapa de adaptação: acordar mais cedo para pegar ônibus escolar (que geralmente era lotado), fazer novas amizades – já que as antigas da cidade onde moro, não veria com a mesma constância no dia a dia das aulas.

Lembro-me que reencontrei nessa escola, uma das colegas que estudou comigo quando cursei a terceira série e da qual construir uma inimizade. Tê-la reencontrado depois de alguns anos foi algo péssimo para mim porque como mulher branca, ela se sentia “superior” a todo mundo e no meu caso, o complexo de inferioridade que já existia, piorava. Nunca brigamos por meio de agressões físicas – vontade na época nunca me faltou, mas os insultos proferidos por ela eram como se fosse uma “faca” que me cortava e sangrava por dentro, levando-me ao choro e a busca de consolo em uma amiga, que posteriormente foi estudar na mesma universidade que eu, porém em outro curso.

Ainda cursando o Ensino Médio, eu e esta amiga passamos em um processo seletivo para estudarmos (no turno oposto) em um pré-vestibular gratuito ofertado pelo município,

pois era a oportunidade de continuar os estudos e de entrar na universidade. Ser aprovada nesse cursinho, foi um ponto de liberdade para mim em relação a minha família, pois passando o dia todo fora de casa, estava livre de agressões, além de fazer o que eu mais amava e amo até hoje: estudar. Foi um período bom e ao mesmo tempo difícil, por causa das novas adaptações que precisei adotar mas em contrapartida, conheci professoras(es) que me incentivavam bastante (diferente da escola, a entrar em uma universidade pública, seja de esfera federal ou estadual). O cursinho me possibilitou igualmente a aprender (ainda que superficialmente) a ter uma consciência racial e política do povo negro, sem aqueles preconceitos todos que aprendi na escola sobre os povos não brancos que constituíram e constituem o Brasil.

Após o término das aulas no cursinho, prestamos vestibular em algumas universidades baianas, porém não fomos aprovadas; o que não nos desestimulou. Naquele momento, tomei a decisão de começar a trabalhar para ter minha independência financeira e ter condições de sair o mais depressa de casa; e então posterguei por um período o sonho de cursar o Ensino Superior.

Tempos depois, em anos alternados, fui tentando o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio pois, ver outros jovens estudando em alguma graduação e eu ainda fora desse ambiente, foi gerando em mim uma espécie de incômodo, o sentimento de ser “incapaz” por não ter entrado na educação superior de imediato após a conclusão do ensino médio. Assim, após um período de sete anos fui aprovada e renasceu em mim a esperança de que cursando uma graduação, minha vida não seria mais a mesma.

6 ENSINO SUPERIOR: UM “DIVISOR DE ÁGUAS” NA MINHA VIDA

Entrar em uma universidade pública sempre foi um sonho incerto para mim, mas de uma coisa eu tinha certeza: não queria continuar morando com uma família que me tratava como uma escravizada, pelo fato de ter me dado um teto, me alimentado e vestido desde os primeiros meses de vida. Esse lugar mental de subalternidade, a ideia de estar ali só para servir, que hoje compreendo que são ideias congeladas e contaminadas pelo racismo e machismo, deixaram meu psicológico em frangalhos, pois eu tive que ignorar/negligenciar minhas próprias necessidades para continuar sobrevivendo naquele caos.

Nesse contexto eu tinha duas opções: continuar naquela realidade difícil “engolindo sapos” ou sair de casa, ameaça que tantas vezes minha mãe me fez, quando eu comunicava algo que ela não concordava, em razão do que eu vinha sofrendo. Queria melhorar de vida, e na condição de mulher negra, pobre e favelada, sabia que só seria possível por meio dos estudos, pois dessa forma, teria uma qualificação melhor para o mercado de trabalho, força para sair de casa e viver minha vida como sempre quis, me libertando daquela prisão. A decisão por uma qualificação profissional “[...] está atravessada por um desenvolvimento de um plano de vida que é produzido através de vários entendimentos como situação econômica, social, política e familiar” (BITTENCOURT; GENONÁDIO; ALMEIDA; ANICE, 2019, p. 15).

Ter ingressado em uma universidade pública por meio do ENEM, trouxe uma alegria imensa para mim e ao mesmo tempo uma significação simbólica muito potente: eu era a primeira filha a entrar na faculdade e fazer um curso superior, driblando realidades que pela minha própria cor de pele, já estavam desenhadas pelo racismo a mim imposto.

A graduação escolhida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH), curso esse que eu não sabia que existia. A princípio fiquei insegura em cursar, pois não sabia ao certo como trabalhar possuindo essa formação, mas no decorrer dos estudos acadêmicos fui conhecendo-o e aprendendo através dos seus diferentes conteúdos. Alguns familiares me criticaram e me motivaram a desistir do curso, para fazer outro, mas me mantive firme, pois sabia que essa oportunidade não “bateria na minha porta” mais de uma vez, especialmente por ser eu, uma mulher negra.

Estudar Ciências Humanas por meio do BIH “deu conta as minhas dores” tornando-se um “divisor de águas” na minha vida à medida que passei a ver as coisas, certos comportamentos e discussões de outra forma. Bittencourt; Genonádio; Almeida; Anice, (2019, p. 13) apontam que

[...] quando jovens negras discentes conquistam espaços que estão para além do serviço doméstico [...] ou ocupações subalternas, quer dizer que houve acontecimentos em seus percursos de vida, que outras aspirações foram plausíveis e com isso, outras experiências foram igualmente viáveis.

Ter acesso a conteúdos que não eram discutidos nas escolas por onde passei e quando abordados – como história do Brasil – eram transmitidos de forma estereotipada/negativa, a

exemplo da história das(os) africanas(os) e indígenas, tratada como algo “natural/destino”, desconsiderando suas histórias, suas culturas e identidades.

As discussões sobre religião, em especial a história da Igreja Católica me impactaram, especialmente ao ter conhecimento do quanto essa Instituição contribuiu para o processo escravagista desses povos, cujos ‘os frutos’, as terríveis conseqüências discriminatórias, colhemos até os dias de hoje. Tal incômodo, o qual denomino de “desconforto histórico”, me remeteu as lembranças da infância e adolescência, épocas em que, como já relatei nesse texto, freqüentei esse espaço e estive totalmente envolvida com suas atividades.

O choque de informações que recebi tanto da escola, como da igreja em contraponto ao que vivenciava na universidade, fizeram com que eu rompesse com a igreja, pois não me sentia feliz em continuar frequentando e obedecendo crenças de uma instituição religiosa que mascara seus crimes para manter uma aparência sustentada pelas mais diversas violências estruturais. A sensação que passei a ter, enquanto mulher negra nesse espaço religioso foi de engano.

Suponho que o silenciamento de informações sobre o que a igreja fez de negativo com povos africanos e indígenas, seja uma estratégia racista muito certa na construção negativa de nossas identidades afro-indígenas. Essa experiência de conflito mental, por conta de distintas informações, me fez lembrar a escritora Adichie (2009, p. 07) ao afirmar em seu livro: “O perigo de uma história única” sobre como a sua percepção mudou depois que conheceu os livros africanos, já que estava habituada a ler livros estrangeiros que faziam parte do seu imaginário e construção de sua (afirmação/negação) da identidade.

Permanecer na universidade foi um percurso igualmente difícil, tão quanto a minha entrada. Naquele período, desejei e busquei algumas vezes um trabalho remunerado, até mesmo de meio período, mas sem êxito. O que me fez continuar nos cuidados com a casa e com minha mãe, sem nenhum tipo de ajuda ou remuneração, por parte dos meus irmãos. A situação financeira de nossa mãe era difícil, pois as despesas com plano de saúde, remédio, fraldas e etc, eram muito elevadas. Em mim foi criada uma resistência em solicitar qualquer auxílio material por conta de outras vezes no passado ter pedido ajuda material e me deparar com a fúria de algumas pessoas que suponho, me achavam “íngrata” por ter sido adotada e que eu não deveria reclamar dos maus tratos recebidos.

Cabe salientar que nos dois primeiros anos do curso de BIH, fui agredida fisicamente pelo meu irmão, o qual estava altamente alcoolizado (o que não justifica a agressão). No primeiro ano, eu queria denunciá-lo, mas minha mãe e minha irmã não permitiram, alegando

que ele sustentava financeiramente a casa, comprando algumas coisas, além de ser o responsável em levar nossa mãe para o tratamento de hemodiálise, que iniciou um ano após a minha entrada na UNILAB. Naquele momento, desejei muito ir embora, mas não tive apoio familiar, e não tinha para onde ir; o que me deixou com mais raiva, medo, stress, ansiedade e com o passar do tempo passei a ficar mais trancada no quarto e sempre em estado de alerta para me defender de alguma forma e a família fingiu que nada aconteceu.

No ano seguinte, novamente fui agredida pelo meu irmão e, frente ao conflito que se instalou mais uma vez em minha mente, tomei uma rápida decisão, já que não tinha apoio da minha família. Confesso que denunciar essa agressão foi muito dificultoso para mim, não só por ter sido o meu irmão, como também pelo mau atendimento de um policial, que me encaminhou para estabelecimentos de polícia que não resolveriam meu problema, além da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) estar fechada (pois a violência física tinha acontecido no final de semana). Só consegui fazer a denúncia na delegacia, pela noite, pois fiquei esperando a ajuda de um casal de amigos que me acolheu.

Ressalto que busquei forças para denunciar, ao refletir sobre o autoamor e os estudos feministas na universidade. Romper também com minha família foi algo muito, mais muito difícil, mas era minha vida, meu direito de viver sem violência nessa família abusiva. Escolher cuidar de mim mesma, me fez tomar atitudes e receber ajuda de pessoas que nunca imaginei: algumas amigas negras que estudavam também na universidade, me acolheram em suas casas, bem como alguns(as) professores(as), pessoas de religiões diferentes (como religiões de matriz africana) que no meu passado católico ignorante eu pensava que eram “do demônio” além de pessoas sem religião.

A universidade, apesar de seus problemas, também me ajudou financeiramente para a superação desse conflito árduo, através das assistentes sociais. Busquei também ajuda no Centro de Referência e Atendimento à Mulher em situação de Violência (CRAM) – instituição pública localizada no Município de Candeias, voltada para o atendimento social, jurídico e psicológico a mulheres que sofrem algum tipo de violação dos seus direitos. Tal situação de conflito familiar me levou a compreender o quanto é fundamental cuidar da saúde mental, transpassando a ideia limitante de que: “quem faz terapia é doido (a)”. Loucura mesmo é viver em um ambiente familiar tóxico, sofrendo várias violências sem conseguir sair da situação por internalizar que somos nós mulheres negras as responsáveis pela mudança positiva do outro.

Escapar da violência familiar que me calejou durante toda a vida foi algo que consegui graças o dar as mãos de muitas mãos, principalmente, as minhas, quando pude olhar para mim e entender finalmente que as violências pelas quais passei, não foram ocasionadas por mim e que minha vida é muito preciosa aos olhos dos meus ancestrais. A desconstrução e reconstrução da própria existência, em um caminho de construção do autoamor é um caminho solitário, às vezes triste, mas no final vale a pena, porque a verdade, construída pelos povos não brancos é a que realmente liberta, por não ser alimentada por idealizações que adoecem. Sigo em AMOR.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] A narrativa passa por um exercício poético, uma atividade de tecitura de lembranças, afetos e esquecimentos. Como um artesão, o narrador cria, desfaz e recria pacientemente, uma obra, não obedece a outros, mas é autônomo, um sujeito criador. Seu produto final é fruto de uma ação, de uma atividade, memória é trabalho. (LIRA, 2012, p. 03).

No presente trabalho, procurei descrever sobre mim mesma, tendo como base as lembranças que trago comigo, acerca da minha história. Assim, revisei memórias de tempos vividos, refletindo a sobre a minha própria narrativa com a violência doméstica/familiar. Vivências, adversidades e enfrentamentos experienciados em diferentes contextos: família, escola, igreja e universidade.

Como mulher preta que sou, meu espelho de autoestima foi quebrado desde a mais tenra idade por conta de vários fatores: a falta de afeto familiar positivo por mim, pois além de ser sobrecarregada no sentido doméstico, eu era muito criticada quando não fazia algo que estivesse dentro da expectativa familiar, e a percepção distorcida de outras pessoas, a exemplo de colegas da escola. Sempre achei que eu era o problema, um fardo na vida do outro, em especial da minha família.

A superação da violência doméstica em minha vida foi acontecendo de várias formas com o decorrer dos anos: com o afastamento da igreja, conseqüentemente fui me distanciando das pessoas com que eu andava na instituição. Houve também a separação conjugal do “irmão” que me agrediu, que foi morar com minha mãe adotiva e com isso, tomei a difícil decisão de sair de casa, indo morar com um homem que eu me relacionava. Morar com um homem, nunca tinha sido um sonho para mim, afinal, desde criança que aprendi que homem

era sinônimo de violência (não possuindo como referência meu pai adotivo) mas, por uma questão de sobrevivência e por não ter onde morar.

Com a experiência de “morar junto”, muitas agressões psicológicas e também físicas dos ataques diários foram se somando a tantas outras que sofri ao longo da minha infância e adolescência; elevando o grau de ansiedade e desencadeando vários outros sintomas. Nessa época fui acompanhada virtualmente por uma arteterapeuta (indicação de um professor da universidade) que me atendia uma vez por semana gratuitamente (já que a psicóloga que me atendida no CRAM, tinha sido transferida para outro órgão municipal, o que me deixou triste e um pouco perdida).

Toda essa situação se configurava para mim como uma extensão da casa de minha mãe (por conta das agressões sofridas), e o sonho de morar sozinha foi sendo intensificado a cada dia. Com o estágio na área de Pedagogia, o qual fui selecionada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo do Estado da Bahia, juntei um dinheiro e tomei outra decisão difícil: me separei, indo morar de aluguel sozinha, já que eu não podia voltar para casa de minha mãe. Apesar de ter sido a primeira vez que eu estava pagando para morar em uma casa, foi a melhor decisão que tomei na vida, já que eu tinha um pouco de paz na vida e não havia ninguém que me violentasse.

Como estava com dificuldades em conseguir um emprego fixo, comecei a trabalhar com revistas de perfumaria e cosméticos (onde trabalho atualmente), na tentativa de recuperar minha independência financeira, além de algumas faxinas que conseguia. Quando estava morando de aluguel, continuei dando o suporte para minha mãe, porém em troca, pedi a ela que me ajudasse financeiramente para as contas, o que a princípio discordou, sugerindo que eu voltasse para casa, mas eu não queria voltar a viver aquele inferno doméstico com a presença do meu agressor. Ser paga para fazer o que fazia dentro da casa de minha mãe, gerou briga e más interpretações por parte de minha irmã, que alegou que eu estava “extorquindo” nossa mãe.

Com minha firme decisão de continuar a morar de aluguel, o dinheiro não era muito, mas auxiliava no pagamento das contas, além de ajuda financeira que recebi de outras pessoas. Após a morte de minha mãe, mudei de casa e atualmente moro em um quartinho que está precisando de vários reparos, que minha mãe alugava para pagar suas despesas. Mesmo com tantas transformações, não desisti dos estudos, e espero que com eles, eu consiga um bom emprego e me possibilite estar numa casa e vida melhor, mais confortável.

Durante toda a minha vida, eu já sabia que era uma menina, adolescente e mulher negra, através dos lugares que caminhei e também dos meios de telecomunicação que nos formam no cotidiano: rádio, TV, internet e etc., porém minha imagem estava deturpada, gerando em meu íntimo, um auto ódio voraz, que desejava muitas vezes não ter pisado nessa terra, afinal, a forma como me tratavam em várias situações só me faziam ter uma única certeza que foi naturalizada: “de que eu era o problema”.

Das memórias que trago sobre essas questões raciais, recordo-me o quanto considerava minha imagem péssima, especialmente duas partes do meu corpo que detestava e me incomodavam bastante: o meu nariz, pois achava enorme, principalmente quando sorria ou me olhava no espelho. Quantas vezes usei um prendedor de roupa na tentativa “afiná-lo”!! Assim também era com o meu cabelo crespo-cacheado para deixar igual ao utilizando alisantes e outros métodos que alterassem, mesmo que temporariamente minha aparência. Minha mãe adotiva odiava o meu cabelo, o que só veio a confirmar em mim, um ‘letramento racial’ que já existia; diferente de hoje, ao me certificar que mesmo tendo a pele mais clara, ela era negra também. Os estudos étnico-raciais aprendidos na universidade me fizeram enxergar, não apenas essa, mas tantas outras realidades... Todo esse processo de auto ódio foi e está sendo rompido depois que adentrei na universidade.

A UNILAB foi e é para mim para além de uma universidade, é um quilombo, uma família, onde tive a alegria e sorte de contar com a ajuda de algumas amigas e alguns amigos, colegas e até professoras(es), que me acolheram não apenas financeiramente algumas vezes mas sobretudo com a escuta atenta e afetuosa, que me conduziram a superação da violência doméstica/familiar, ainda que não esquecendo da Leila que eu era, antes de chegar até aqui.

O exercício de (des)cortinar as “escamas” da internalização do racismo e tantos ‘ismos’ aprendidos, tem sido diário, fortalecendo as revoluções pessoais que estão acontecendo em minha vida. Atualmente me sinto uma pessoa melhor comigo mesma, me olho com mais amor e carinho e isso tem refletido diretamente na minha autoestima, graças a mudança de base epistemológica: estou aprendendo a escutar as narrativas diversas da comunidade negra e indígena, as quais estão me formando.

Confesso que falar sobre mim mesma, não foi e nem é um processo fácil, mas a coragem de pesquisar sobre a violência doméstica, tendo como motivação a minha história, é um compromisso com as mulheres, sobretudo as não brancas, pois é uma luta para a vida toda. Saúdo os úteros que me fizeram chegar até aqui, as(os) meus ancestrais, os estudos de raça, gênero, classe e outras categorias envolvidas nessa dinâmica, mas, sobretudo às

mulheres negras, que desde sempre fazem ciência, me acolhem e com as quais aprendi a ser a MULHER que sou: uma eterna aprendiz!!

Gratidão e seguimos em luta por um mundo melhor, por um mundo sem violência doméstica/familiar!!

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozie. **O perigo de uma história única**. São Paulo – Companhia das Letras, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5819069/mod_resource/content/1/Chimamanda%20Ngozi%20Adichie%20-%20O%20perigo%20de%20uma%20hist%C3%B3ria%20%C3%BAnica-Companhia%20das%20Letras%20%282019%29.pdf Acesso em: 13/04/2023.
- ALMEIDA, Carla Verônica A. Memória: mosaico que (des) vela o passado no presente. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira, Almeida, Carla Verônica A., SOUZA, Cíntia Barreto S. (Org.). **Objetos de Família: Vozes e memória**. Curitiba, CRV, 2019, p. 61-71.
- BRASIL. **Atlas da Violência 2021**. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cerqueira, Daniel Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>> Acesso em: 30/06/2023.
- BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. História de vida nas ciências humanas e sociais: caminhos, definições e interfaces. *In*: **Histórias de vida e formação de professores: diálogos entre Brasil e Portugal** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp. 37-57. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f6qxr/epub/braganca-9788575114698.epub>.
- BITTENCOURT, Anne; GENONÁDIO, Ananda; ALMEIDA, Bruno; ANICE, Caroline. A primeira da Família Vivência de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia. Vol 05, N. 03 - Jul. - Set., 2019. ISSN 2525-6904. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33759/20226>> Acesso em: 03/07/2023.
- BRASIL. **Lei 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 13/06/2023.
- BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância

qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm> Acesso em 13/06/2023.

CARVALHO, Mônica Cabral de. **A agressividade como resposta de um indivíduo criado em uma família desestruturada.** Rio de Janeiro, fevereiro, 2010. Disponível em:
<http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T205717.pdf> Acesso em: 27/05/2023

CONCEIÇÃO, Derisvalda Santana da. Violência doméstica e suas influências na aprendizagem escolar. Número de páginas (15 pág.) 2020. Trabalho de Conclusão do Curso em Inclusão e Diversidade na Educação – **Centro de Ciências da Saúde**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Santo Antônio de Jesus, 2020. Disponível em:
<http://repositorioexterno.app.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2193/1/TCE_Derisvalda%20Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 02/04/2023.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese.** 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **University of California** - Los Angeles. Ano 10. 1º Semestre. 2002. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. A global public health problem. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11 (Sup) : 1163-1178, 2007. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdhfpcdw/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 26/10/2022.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe/ Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: **Boitempo**, 2016. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf> Acesso em: 27/05/2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** Tradução Heci Regina Candiani.- 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Elaine de Borba; ZORATTO, Pedro Henrique...[et al.]. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – SPRS**, Porto Alegre, 2003.

DE CASTRO, Raimundo Márcio Mota. A utilização de narrativa como possibilidade de investigação no ensino religioso. UNUIBE/ EST. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE** – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In:HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GRIJÓ GUAHYBA DE ALMEIDA, Maria Elisa; SEIXAS, Magalhães, Andrea. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 12, n.2, 2011.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Juliana. **Marcha das mulheres negras: a marcha que faz sentido**, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-mulheres-negras-a-marcha-que-faz-sentido-7941/>. Acesso em 28/06/2023.

GORDON, L. The perils of innocence, or what's wrong with putting children first. **Journal of the History of Childhood and Youth**, Baltimore, Maryland: Hopkins University Press, v. 13, p. 331-350, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4755/475571230007/html/>

GROSSI, Patrícia Krieger. Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupos de homens agressores. In: **Violências e Gênero**: Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GUERRA, V. N. A.; SANTORO, M.; AZEVEDO, M. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso. **Rev. Bras. Crescimento e Desenv. Humano**, v. 2, n. 1, p. 71, 1992.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

HOOKS, bell. **Vivendo de amor**. 1994?. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 193-210, 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas, SP, Autores Associados, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: Um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 6 (3): 278 – 292, jul/set, 1990. Conferência proferida no Fórum de debate sobre a Adolescência. Academia Nacional de Medicina – Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/X7hDw35DPd78xYb5C95FSHr/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 13/03/2023

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método Fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2004.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica**. Rio de Janeiro, Anpuh – Rio, 2014.

NERY, Leila Abade. **Violência doméstica na perspectiva das profissionais do Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) do Município de Candeias**. UNILAB – Campus dos Malês, São Francisco do Conde/Ba, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/898>> Acesso em 27/04/2023.

OMS - **Organização Mundial de Saúde**. Estudo multipaís da OMS sobre a saúde da mulher e da violência doméstica contra a mulher. Suíça: OMS; 2005.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Trad. Carlos Vogt. Campinas: Pontes, 1991.

ROMARO, Rita Aparecida; CAPITÃO, Claudio G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

ROQUE, Eliana Mendes S. Teixeira. A violência na família contra crianças e adolescentes e a percepção dos operadores do direito, na comarca de Jardinópolis – SP. **Dissertação (Mestrado)** – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001, 226 f.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência contra a mulher e violência doméstica. *In*: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2001, Itu (SP), **Anais**. 21p. Disponível em: <<https://marxists.architexturez.net/portugues/saffioti/ano/mes/91.pdf>> Acesso em: 26/05/2023.

SANTOS, Maria Lúcia Sousa dos. **Lei Maria da Penha 11.340/2006**. Medidas Protetivas e sua (in) eficácia. São Paulo, UNIFAI, 2017.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. E.I.A.L., Vol. 16 – Nº 1 (2005). Disponível em: <<https://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>> Acesso em: 03/07/2023.